



INFORMAÇÃO N.º 05/2016 - ACTIVIDADE MUNICIPAL e SITUAÇÃO FINANCEIRA

Nos termos do n.º 2, alínea c), do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal “apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação da Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo (...)”.

Assim, damos cumprimento a este preceito legal, descrevendo, ainda que de forma sucinta, aquilo que de mais relevante se fez na Câmara Municipal de Alfândega da Fé, desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, e que abrange o período de 17 de Setembro a 10 de dezembro de 2016.

Cultura e Turismo



Percurso Pedestre Trilho de Rabo de Burro | 24 de setembro

Este percurso tem início no núcleo rural de Soeima, na encosta sul da Serra de Bornes e a uns escassos 14 km da sede de concelho. Ao longo desta linha de água, ladeada de freixos, encontramos a escassos metros outro moinho, ainda em bom estado de conservação sendo visíveis algumas das suas peças. Terminamos o percurso na aldeia de Gebelim.

Mais uma caminhada organizada pelo CCA/Posto de Turismo onde os pedestrianistas tiveram a oportunidade de desfrutar e apreciar a beleza natural. Este percurso teve a participação de cerca de 17 pedestrianistas.



Exposição “Do Céu à Terra” | 15 de outubro

A Galeria Manuel Cunha encheu para a abertura da exposição "Do Céu à Terra". Evento que juntou à pintura de Glória Gonçalves, a escrita apaixonante e intimista do poeta Duarte Moreno, declamada pelo próprio e também por William Galvão em diálogo com a música de Juvino Filho (clarinete). A pintura de Glória Gonçalves, nas palavras do Filósofo Sousa Dias, surge com uma "... sobriedade figurativa extrema: em cada quadro, uma figura simples, estilizada, sobre um fundo neutralizado, indistinto. Um mínimo de traço, de cor, de figura. Um mínimo de imagem. É a constante desta pintura. A Exposição "Do Céu à Terra" encontra-se patente de 15 de Outubro a 15 de Janeiro, onde poderá também encontrar o livro "O Pássaro no Traço em Tronco Nú"- Duarte Moreno. Até ao presente contou com cerca de 300 visitantes.



Percurso Pedestre Trilho da Água | 30 de outubro

Realizou-se mais uma caminhada, desta vez pelo Trilho da Água, percurso que se inicia na aldeia de Vilarelhos, situada na margem esquerda da Ribeira do Vale da Vilariça, podendo apreciar as magníficas paisagens, bem como de um vasto património arquitectónico repleto de história.

Mais uma caminhada organizada pelo CCA/Posto de Turismo e contou com a participação de cerca de 17 pedestrianistas.



Festa da Montanha | 5 e 6 de novembro

A iniciativa que celebra as potencialidades da Montanha, os seus usos, costumes e tradições realizou-se a 5 e 6 de novembro em Sambade, Alfândega da Fé.

Dois dias dedicados aos produtos locais, à caça e cultura num evento que quer fazer de todas estas vertentes factores de dinamização e promoção. Para além de uma montaria ao javali a Festa da Montanha contou também com a abertura da Exposição fotográfica "Sou transmontana, sou mulher: Retratos" da autoria de Lúcia Burbano (fotojornalista catalã) e Teresa Nóvoa (antropóloga). A mostra vai estar patente no Centro de Interpretação do Território em Sambade.

A Festa da Montanha faz-se também com animação e atuação de grupos culturais locais. Numa zona onde a produção de castanha se assume como importante para a economia local houve espaço para debater as problemáticas que afetam o setor com a realização do Seminário "A Gestão do solo e a Doença da Tinta".



Exposição "Sou Transmontana Sou Mulher: Retratos" | 5 de novembro | CIT

A exposição "Sou Transmontana Sou Mulher" é, antes de mais, uma reflexão sobre o lugar diverso da mulher na esfera rural: não o da marginalização, raras vezes o da desigualdade, com frequência o do esquecimento; um lugar presente, valorizado, para o futuro. Através da fotografia pretende-se descobrir as mulheres transmontanas e assim dar rosto e voz a estas mulheres que vivem, trabalham e constroem o mundo (rural), através das suas imagens e das suas palavras.

A Exposição "Sou Transmontana Sou Mulher: Retratos" encontra-se patente de 5 de novembro a 31 de Janeiro, no Centro de Interpretação do Território. Até ao presente contou com cerca de 150 visitantes.



Percurso Pedestre Trilho das Sanchas | 26 de novembro

Este foi o tema de mais um passeio micológico cujo objetivo não se resumiu apenas à identificação e apanha de cogumelos silvestres. A ideia passou por estender a experiência à mesa dando a conhecer as potencialidades gastronómicas deste fungo, com a realização de um Workshop de confeção de cogumelos. Desta feita para cruzar os sabores silvestres de Alfândega com a cozinha Italiana. Neste sentido contamos com a presença do Chef italiano Sergio Crivelli, um apaixonado por estes fungos e é considerado por muitos como um dos maiores especialistas do país neste campo.

A iniciativa contou também com a colaboração da Alfaselvaticus – empresa resultante do movimento empreendedor estimulado pelo município e que viu na comercialização de cogumelos silvestres em frescos, desidratados ou até em farinha uma oportunidade de negócio - e do Andorinha na Praça – espaço de restauração local.

Esta iniciativa contou com cerca de 20 participantes.

Visitas Guiadas | Setembro a Novembro

Realizaram-se 2 visitas durante os meses de setembro e novembro, contabilizando um total de 61 visitantes. As visitas realizadas incluíram o circuito pedonal urbano.



Divisão Administrativa e Financeira (DAF):

- Através do SIAL – Sistema de Informação Integrado das Autarquias Locais (Portal Autárquico), a autarquia no âmbito dos deveres de informação, através da Divisão Administrativa e Financeira prestou toda a informação à Direcção Geral das Autarquias Locais – DGAL;

- Apoio, esclarecimentos e envio de toda a informação necessária e solicitada pelo Revisor Oficial de Conta, para elaboração do Relatório de Auditoria e acompanhamento do 3º trimestre de 2016;

- Relatório de atividades, orçamento e GOP's para o ano económico de 2017, no cumprimento do ordenamento legal em vigor, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 2 de Fevereiro que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, bem como as exigências derivadas da Lei das Finanças Locais, foi elaborado o relatório de atividades, orçamento e GOP's, que se remete para apreciação e discussão;

Apresentação da proposta do mapa de pessoal para o ano de 2017, de acordo com a estrutura orgânica em vigor;

- Elaboração do relatório de monitorização e acompanhamento do PAM do Município, nos termos do artigo 29.º da lei nº 53/2014, de 25/8, conjugado com o Anexo I do Contrato PAM, ao qual estamos vinculados desde 21 de março de 2016, após obtenção do visto tácito pelo Tribunal de Contas.

- Com a Aproximação do final do exercício de 2016. É necessário iniciar o trabalho contabilístico com vista ao apuramento dos resultados do exercício e da situação económico-financeira do município. Uma das peças fundamentais desse trabalho é o inspeção física (contagem), apuramento das diferenças entre a contagem física e os registos e valorização dos inventários em stock. Neste sentido a DAF diligenciou no sentido de todas as divisões e serviços prepararem as respetivas verificações.

- Nos termos do artigo 33.º da LOE de 2016- Recrutamento de trabalhadores nos municípios em situação de saneamento ou rutura, estão a decorrer todos os procedimentos burocráticos para os 12 procedimentos concursais (Internalização da EDEAF), aprovado por essa AM.

- Nos termos do artigo 33.º da LOE de 2016- Recrutamento de trabalhadores nos municípios em situação de saneamento ou rutura, está a decorrer todo o processo burocrático para o procedimento concursal para um Assistente Operacional / Telefonista, aprovado por essa AM.

- Foi ainda, efetuada a divulgação junto dos trabalhadores dos documentos internos e das normas e procedimentos adotados pelos Serviços;

- Assegurar todo o serviço de reprografia necessário ao bom funcionamento da Câmara Municipal, bem como, envio e tratamento de todo o expediente relacionado com as reuniões de Câmara e Assembleia Municipal e transcrição das respetivas atas.

- Inscrição e Registo de imóveis diversos e participação nos registos de Finanças e Conservatória do Registo Predial e elaboração de escrituras de compra e venda e constituição do direito de superfície de imóveis.

- Procedeu-se à monitorização dos indicadores dos processos da Qualidade da Divisão Administrativa e Financeira.

- Ao apoio direto através dos serviços informáticos às Juntas de Freguesia e Escolas do concelho.

- À monitorização dos indicadores dos processos da Qualidade da Divisão Administrativa e Financeira.

- Preparação da Auditoria Interna, tendo em conta o alargamento do âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade para Sistema Integrado Qualidade Segurança e Ambiente (QSA).

Divisão de Obras (DO)

A Divisão de Obras, exerce funções nos domínios das obras públicas, empreitadas, manutenção e conservação de equipamentos, coordenação e fiscalização de trabalhos de construção civil, (quer por administração direta quer por empreitada, armazém), Higiene e Segurança no Trabalho, bem como na organização e de processos de concurso de obras públicas, informações e pareceres técnicos, incluindo a elaboração de cadernos de encargos, programas de concurso, abertura e análise de propostas e gestão técnica de procedimentos, bem como gestão da divisão.

Destaco ainda o acompanhamento e apoio técnico dos processos do Fundo Social de Apoio à Habitação.



Ao longo deste período foram cumpridas as competências exigidas e constantes na Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais de Alfândega da Fé.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Colaboração e sintonia entre Divisão de Obras e Divisão Administrativa e Financeira, na aquisição de bens e serviços relativos às obras por administração direta promovidas por este Município.

Acompanhamento das Obras por Administração Direta promovidas pela Autarquia e constantes no Plano de Atividades.

Apresentação de relatório semanal onde consta o trabalho desenvolvido por todos os colaboradores afetos à Divisão de Obras e afetação de pessoal externo às obras por administração direta. Elaboração de informações; elaboração de fichas de controlo de qualidade da obra; controlo dos materiais e preenchimento de férias faltas e licenças dos funcionários.

- Limpeza de bermas e valetas, bem como manutenção de caminhos agrícolas em diversas freguesias no concelho; **(em curso)**
- Calçetamento de ruas na sede do concelho e em várias freguesias; **(em curso)**
- Reabilitação de Jardins Municipais **(manutenção)**;
- Limpeza urbana **(manutenção)**;
- Execução de muro de suporte em Sambade **(em curso)**;
- Execução de muro de suporte em Valpereiro **(em curso)**;

- Reparações pontuais em betuminoso na sede do concelho e em várias freguesias;
- Reparações em diversos Edifícios Públicos
- Orçamento Participativo Sénior na Freguesia de Cabreira;
- Execução de muros de suporte em caminhos agrícolas; **(concluído)**
- Conclusão da colocação da sinalização vertical na sede de concelho; **(curso)**
- Substituição da cobertura na Escola Primária de Vilares da Vilarça; **(concluído)**
- Reparação pontual da cobertura na Escola Primária de Vilarelhos; **(concluído)**

A DIVISÃO DE OBRAS REÚNE SEMANALMENTE, COM ELABORAÇÃO DE ATAS, BEM COMO O REPORTE SEMANAL DOS CUSTOS COM A ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

FSAH (Fundo Social de Apoio à Habitação)

Colaboração e sintonia entre Divisão de Obras e Divisão de Desenvolvimento Económico Social e Cultural, no acompanhamento e apoio técnico dos processos envolvendo a elaboração de: relatório técnico; orçamentação, acompanhamento da execução da obra e medição dos trabalhos executados nas habitações dos munícipes, tendo sido feitas as intervenções achadas tecnicamente necessárias e adequadas, estando ainda alguns processos em análise.

PROTOCOLOS/CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS

- Protocolo de Apoio técnico e mão de obra à Associação Leque de Alfândega da Fé; **(em curso)**
- Adenda ao Contrato Interadministrativo de Apoio à Execução dos Trabalhos Necessários à “Ampliação da Antiga Escola Primária de Valpereiro” **(em curso)**
- Requalificação do Cemitério da Freguesia de Covelas – Sambade; **(em curso)**
- Remodelação da Cobertura da Igreja de Soeima; **(concluído)**
- Contrato interadministrativo com a Fábrica da Igreja da Freguesia de Sambade para apoio à construção de um muro junto à Capela da Nossa Senhora das Neves; **(em curso)**



OBRAS POR EMPREITADA:

Na gestão dos empreendimentos a seguir enumerados foram seguidos pela Divisão de Obras os procedimentos constantes na legislação em vigor, do Código dos Contratos Públicos, D.L nº 18 de 2008 de 29 de Janeiro.

CONCURSOS PÚBLICOS:

- Reabilitação do Espaço Público – Centro – Fase I – **Relatório Preliminar e audiência prévia**
- Apoio técnico e acompanhamento às pavimentações na E.M 592 – Parada-Vilarchão, na E.N 315 – Sendim da Ribeira. **(concluído)**
- Alargamento do caminho de acesso à antiga escola primária de Colmeais – Execução de um muro de suporte com reposição de calçada. **(concluído)**
- Requalificação das coberturas dos armazéns da Câmara Municipal de Alfândega da Fé - Bloco 4 **(concluído)**
- Pavimentação em Gouveia e Ferradosa **(em curso)**
- Apoio técnico à União de Freguesias de Eucísia Gouveia e Valverde relativamente ao ajuste direto da “ Beneficiação da EM 611 desde a EN 215 a Gouveia” – **Solicitação dos Documentos de Habilitação ao concorrente classificado em 1º lugar – Higino Pinheiro & Irmão, S. A**

RECEÇÕES DEFINITIVAS

Receções definitivas de diversas empreitadas ao abrigo do DL 59/99 de 02 de março, CCP e 190/2012 de 22 de Agosto nomeadamente da empreitada “**Construção de Etar’s em diversas aldeias – 2.ª Fase**” (elaboração de informações, convocatória para vistorias e documentação adicional de suporte para libertação das garantias bancárias).

ILUMINAÇÃO PÚBLICA/ASSUNTOS COM EDP COMERCIAL E DISTRIBUIÇÃO

Elaboração de novos contratos com a EDP, passagem de contratos provisórios de obra para definitivos, diversas solicitações à EDP para ampliação da rede pública, comunicação de avarias na iluminação pública, recolha e comunicação de leituras, vários contactos telefónicos com EDP Distribuição e Comercial e para o nosso Gestor na EDP Comercial para resolução de alguns problemas detetados, vários emails trocados com EDP Distribuição e Comercial e para o nosso Gestor na EDP Comercial para resolução de alguns problemas detetados, apoio à DAF (contabilidade) no contacto e envio emails para o nosso Gestor na EDP Comercial. Pedidos de vistoria para a CERTIEL para certificação de diversos locais para posterior pedido à EDP Comercial da passagem de contratos provisórios de obra para definitivos.

SETOR DE PROJETOS E APOIO TÉCNICO

Serviços de Topografia : levantamentos topográficos, rede de regadio da Camba, piquetagens, levantamento de infraestruturas viárias e outras, cadastro predial; monitorizações de muros, apoio a diversas candidaturas, etc...

QUALIDADE SEGURANÇA E AMBIENTE

Reportes e preparação da Auditoria Interna de dezembro, tendo em conta o alargamento do âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade para Sistema Integrado Qualidade Segurança e Ambiente (QSA). Está am curso a elaboração e revisão de novos processos, procedimentos, Impressos e Instruções de Trabalho, segundo as normas ISO 9001: 2015 (Qualidade), OHSAS 18001:2007 (Segurança) e ISO 14001:2012 (Ambiente).



DIVISÃO de URBANISMO e AMBIENTE (DUA):

SOTU (Setor de Ordenamento do Território e Urbanismo) + GTF (Gab. Técnico Florestal):

Rui Martins Gonçalves (ruig) + António Constâncio (antonioc) + Filipa Pimenta Guerra (filipa) + Fernando Antunes (prestação de serviços contratada)

> Principais ATIVIDADES e Destaques:

> PLANEAMENTO (levantamentos / bases de dados / SIG / etc.)

> **GTF: Atualização do “Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios”** — em fase de conclusão

> “Plano Anual de Atividades SIG e Ordenamento do Território” — em implementação

PLANO de ATIVIDADES 2016 — “SIG e Ordenamento do Território”			
N.º	ATIVIDADES Estratégicas e Prioritárias	Fator de Ponderação (0 a 1)	Grau de Execução (avaliação: 0 a 5)
1	Elaborar cartografia temática e operativa da Rede de Rega associada ao “Aproveitamento Hidroagrícola de Alfândega da Fé” e à ADRAFE. – <u>Observação</u> : os temas e bases de dados a desenvolver (em articulação com o Vice-Presidente da Câmara) compreendem: zonas de rega, regantes, condutas, cadastro, etc..	0,25	5
2	Cartografar o levantamento de todas as atividades económicas do concelho (a partir dos dados fornecidos pelo Setor de Fiscalização Municipal). – <u>Observação</u> : pretende-se constituir uma base de dados atualizável para o serviço de fiscalização urbanística, no âmbito da “Diretiva Serviços”, “RJACSR”, “SIR”, etc..	0,20	1
3	Cartografar o levantamento de todos os prédios urbanos pertencentes ao Município (terrenos e imóveis) e diferenciando o domínio público e privado. – <u>Observação</u> : a cartografia final deve ser articulada previamente com o Chefe da DUA, para apresentação e disponibilização ao Executivo Municipal e à Serviço de Património da DAF.	0,20	1
4	Elaborar cartografia temática e operativa no âmbito da “ Toponímia da sede do concelho ”. – <u>Observação</u> : a cartografia a elaborar compreende a atualização da planta-base, dos topónimos e toda a numeração de polícia — pretendendo-se construir um instrumento operativo para a Comissão Municipal de Toponímia, a disponibilizar também aos Correios e à Junta de Freguesia.	0,15	3
5	Elaborar cartografia temática e operativa no âmbito da “ Rede de Cidades e Vilas de Excelência ”. – <u>Observação</u> : os temas a desenvolver (em articulação com o Chefe da DUA) compreendem: “mapa turístico da sede do concelho”; “desdobrável A3”; “sinalética informativa e turística”; “roteiros turísticos / património”.	0,10	2
6	Elaborar cartografia temática e operativa no âmbito da “ Operação de Reabilitação Urbana da Zona Histórica de Alfândega da Fé ”. – <u>Observação</u> : a cartografia a elaborar não se pretende exaustiva, mas como apoio ao processo (o qual é gerido pelo arquiteto prestador de serviços contratado para elaborar a ORU).	0,10	3
TAXA de Execução: 52,0 %		(1,25 + 0,2 + 0,2 + 0,45 + 0,2 + 0,3)	2,60 x 20

> “Rede de Rega da ADRAF” (apoio cartográfico / SIG prioritário, definido pelo Sr. Vice-Presidente) — em curso

> SIG: “Cartas Temáticas” (solicitações da DUA e da Casa da Cultura)



- > GTF: Apoio ao GIPS - “Cadastro e Fiscalização das Faixas de Gestão de Combustível” — em curso
- > Ações no TERRITÓRIO / FLORESTAS (implementação de ações no terreno / monitorização / fiscalização / etc.)
 - > Acompanhamento da implementação do “Plano de Controlo de Operações Municipais de DFCI”
- > DESENHO URBANO e REABILITAÇÃO URBANA:
 - > “Felgueiras, aldeia pioneira em bioturismo, biourbanismo e artes plásticas” — reuniões / candidatura
 - > **Projeto “Cidades e Vilas de Excelência” — prémio: bandeira nível II (02/12/2016)**
 - > “ORU da Zona História de AF” — em curso / suspenso
 - > Sinalética informativa e turística para AF (definição estratégia / conceção / cartografia) — suspenso
 - > SIG: Planta Turística da Vila Alfândega da Fé (atualização cartográfica / conceção da imagem) — suspenso

SA (Setor de Ambiente) + GTF:

Rui Martins Gonçalves (**ruig**) + Carina Teixeira (**carinat**) + Equipa de Ambiente (Margarida Fonseca, Ana Araújo, Virgínia Rodrigues) + Filipa Pimenta Guerra (**filipa**)

> Principais ATIVIDADES e Destaques:

- > PLANEAMENTO (levantamentos / bases de dados / etc.)
 - > **Implementação do “Sistema de Gestão Ambiental”, nos termos da Norma ISO 14001:2012**
 - > **Candidatura “ECOXXI - 2016” — prémio: bandeira verde Município ECOXXI 2016 (25/11/2016)**
 - > “Plano Municipal de Educação Ambiental” — em implementação
 - > “Agenda 21 Local” — monitorização do plano de ação (a retomar)
 - > “Mayor’s Adapt” — (a retomar)
- > SENSIBILIZAÇÃO Ambiental no concelho:
 - > Comemoração do “Dia Sem Carros” – passeio de bicicletas com o pré-escolar (29/05/2016)
 - > Sessões de indução aos colaboradores municipais “NP EN ISO 14001 - aspetos ambientais”
 - > Colaboração na organização da ação “Escolas pela Floresta” – Palombar / Escola AF (21/11/2016)
- > Ações no TERRITÓRIO / AMBIENTE (monitorização / fiscalização / regularizações / etc.):
 - > **Reformulação e Reporte do “Relatório de Monitorização Mensal – Gestão Ambiental” — em curso**
 - > “Resíduos Sólidos Urbanos” (coordenação e fiscalização) — em curso

SGU (Setor de Gestão Urbanística):

Rui Martins Gonçalves (**ruig**) + Eusébio Cordeiro (**eusebioc**) + Cátia Escalreira (**catia**) + Mário Oliveira (prestação de serviços contratada)

> Principais ATIVIDADES e Destaques:

- > Implementação da “Ficha de Controlo de Prazos do RJUE” — em permanência
- > Implementação do “Arquivo Digital Único do RJUE” — em permanência
- > Implementação do Procedimento da Qualidade “Gestão de Processos no âmbito do RJUE” — em permanência
- > Balcão do Empreendedor (BdE): Frontoffice (atendimento mediado) do SIR e RJACSR + backoffice do SIR e RJACSR
- > Atualização de impressos (fichas de instrução) — em curso
- > “**Plano de Ação para a Desmaterialização do Serviço de Urbanismo (2016)**” — em implementação
- > “**Serviços on-line do Urbanismo**” — em curso (formação, configuração, conteúdos)
- > Preparação do Relatório-Base para “Monitorização Periódica do Serviço de Urbanismo” — suspenso

> **Indicador: “Taxa de Execução do Plano de Ação para a Desmaterialização do Serviço de Urbanismo”**



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e FINANCEIRA (DAF)

> Medição do grau de realização das ações identificadas no Plano para o ano 2016. O Plano compreende vários temas, desagregados em ações, cada uma delas identificando os respetivos responsáveis pela implementação / dinamização.

	Execução do Plano de Ação								
	TOTAL (100) %	Temas							
		SGQ (20)	Front-Office (20)	Back-Office (20)	RUEMAF (12)	SIRJUE (5)	BdE (11)	Formação (8)	Implementação (4)
2.º quadrimestre 2016	30,5	8,5	6,0	9,5	0,0	3,5	3,0	0,0	0,0

> **Indicador: “Taxa de Pedidos com resposta dentro do prazo”**

> Relação entre o número total de pedidos no âmbito do RJUE e o número das respetivas decisões efetuadas no prazo legal

	Pedidos / Respostas								
	N.º (total de pedidos)	N.º (total fora prazo)	% (dentro do prazo)	N.º (apreciação liminar) C + F	N.º (proc.'s complementares) C + F	N.º (apreciação técnica) C + F	N.º (emissão alvarás) C + F	N.º (certidões e declarações) C + F	N.º (outros pedidos do RJUE) C + F
2.º quadrimestre 2016	125	0	100	2 + 0	1 + 0	18 + 0	9 + 0	56 + 0	10 + 0

(C) Cumpre prazo
(F) Falha prazo

> **Indicador: “Taxa Global do Prazo Legal consumido para decisão dos pedidos”**

> Relação entre o número total de dias previstos no RJUE para cada tipo de pedido e o número total de dias consumidos para proferir as respetivas decisões

	Prazo de Decisão dos Pedidos																	
	TOTAL de Pedidos			Apreciação LIMINAR			PROC. COMPLEMENTARES			Apreciação TÉCNICA			EMISSÃO ALVARÁS			Certidões e Declarações		
	PC	PL	% Prazo	PC	PL	% Prazo	PC	PL	% Prazo	PC	PL	% Prazo	PC	PL	% Prazo	PC	PL	% Prazo
2.º quadrimestre 2016	715	2451	29,1	15	16	93,8	3	8	37,5	249	465	53,5	17	270	6,3	201	990	20,3

(PC) Prazo Consumido
(PL) Prazo Legal

SFM (Setor de Fiscalização Municipal):

Rui Martins Gonçalves (**ruig**) + Virgílio Jacinto (**virgilio**) + Telmo Herdeiro (**telmo**) + Bruno Pousada (**brunop**) + Simone Marques (estágio)

> Principais ATIVIDADES e Destaques:

- > Fiscalização regular do Concelho (2 zonas de fiscalização): norte/poente (**brunop**) e sul/nascente (**telmo**)
- > Fiscalização regular da Vila de Alfândega da Fé (3 zonas de fiscalização): (**brunop**) / (**telmo**) / (**virgilio**)
- > **“Plano de Ação do Serviço de Fiscalização Urbanística (2016)”** — em implementação
- > **“Planeamento Quinzenal do Serviço de Fiscalização Urbanística”** — em curso (**NOVO**)
- > Reporte periódico (quinzenal) dos Relatórios de Atividades da Fiscalização — em curso
- > Reporte do “Relatório de Monitorização Mensal do Serviço de Fiscalização Urbanística” — em curso

> **Indicador: “Taxa de Execução do Plano de Ação da Fiscalização Urbanística”**

> Medição do grau de realização das ações identificadas no Plano para o ano 2016. O Plano compreende vários temas, desagregados em ações, cada uma delas identificando os respetivos responsáveis pela implementação / dinamização.

	Execução do Plano de Ação							
	TOTAL (100) %	RH (12)	RM (6)	Organização (40)	RI's (10)	Fisc. Controlo	Fisc. Ativid. Económicas	Fisc. Preventiva /





						Prévio (9)	(15)	Corretiva (8)
2.º quadrimestre 2016	49,5	7,5	5,5	22,0	4,0	4,0	2,5	4,0

SAS (Setor de Águas e Saneamento):

Rui Martins Gonçalves (**ruig**) + Zeferino Ferreira (**zeferino**) + Nuno Jacinto (**nunojac**) + Daniela Ferradosa (**daniela**) + João Mesquita (**joaom**) + Mário Cancela + Andreia Amaro + Carlos Herdeiro e operários (Luís Rodrigues, Horácio Castilho, Francisco Vilares, João Paulo Pereira, Eduardo Joaquim Alves, Norberto Pousada, Carlos Simões, Jorge Correia) + cobradores (Manuel Jacob, Rui Araújo, Sandro Macedo)

> Principais ATIVIDADES e Destaques:

- > Elaboração do “Plano de Ação do Serviço de Águas e Saneamento (2016)” — em implementação
- > Elaboração do “Plano de Combate ao Desperdício nos Sistemas de AA (2016)” — em implementação
- > Formulação de propostas de melhoria da gestão das redes / Planeamento Macro das Redes
- > Implementações de melhorias na organização interna (articulação com Encarregado Geral / gestão de stoks / etc.)
- > **Seccionamento da Rede de Abastecimento de Água da Vila** — em curso (no terreno)
- > Empreitada do AA ao Santuário Santo Antão (5 km) — concluída
- > Empreitada de ampliação dos reservatórios (4 abrigos) — concluída

> **Indicador: “Taxa de Execução do Plano de Ação do Serviço de Águas e Saneamento”**

> Medição do grau de realização das ações identificadas no Plano para o ano 2016. O Plano compreende vários temas, desagregados em ações, cada uma delas identificando os respetivos responsáveis pela implementação / dinamização.

	Execução do Plano de Ação								
	TOTAL (100) %	Temas							
		RH (10)	RM (3)	Organização (21)	Planeamento (13)	Operações (23)	Consumidor (5)	Qual. Água (9)	QSA (16)
2.º quadrimestre 2016	65,0	7,0	2,5	13,0	10,0	19,0	2,5	6,5	4,5

> **Indicador: “Taxa de Execução do Plano de Combate ao Desperdício nos Sistemas de Abastecimento de Água”**

> Medição do grau de realização das ações identificadas no Plano para o ano 2016. O Plano compreende vários temas, desagregados em ações, cada uma delas identificando os respetivos responsáveis pela implementação / dinamização.

	Execução do Plano de Combate									
	TOTAL (100) %	Temas								
		Ações Preliminares (20)	Ações Preparatórias (12)	Intervenções Estratégicas (22)	Controlo de Fugas (10)	Manutenção (8)	Perdas Comerciais (12)	Autorizado Faturado (6)	Autorizado Não Faturado (5)	Ações Complementares (5)
2.º quadrimestre 2016	34,5	10,5	4,0	1,0	3,5	3,5	5,0	2,0	3,5	1,5

> **Abastecimento de Água e Saneamento — gestão das redes (em baixa):**

- > **Monitorização semanal** dos valores dos caudais e volumes de água nos reservatórios, alertando para os desvios
- > Monitorização dos pedidos/requerimentos, dos serviços e dos prazos associados — **Relatório Semanal**

> **Abastecimento de Água e Saneamento — operacionalização das redes (em baixa):**

- > Atendimento aos munícipes e registo na aplicação “AGU”



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e FINANCEIRA (DAF)

- > Instruções de Serviço para execução pelos canalizadores (colocação/remoção/mudança de local de contador, ramais domiciliários, reparação de anomalias, reparações na rede, etc.)
- > Informação técnica sobre os pedidos de ramal domiciliário e outros pedidos
- > Gestão operacional dos canalizadores e distribuição do serviço — **Planeamento Semanal**
- > Apoio técnico aos canalizadores

	Tempo Médio de Resposta aos Pedidos																	
	TOTAL			NOVO Contrato (colocar contador)			DENÚNCIA Contrato (retirar contador)			ANOMALIAS			MUDANÇA de LOCAL do Contador			RAMAIS (água / saneamento)		
	N.º	TME	TMR	N.º	TME	TMR	N.º	TME	TMR	N.º	TME	TMR	N.º	TME	TMR	N.º	TME	TMR
2.º quadrimestre 2016	147	5,6	9,7	19	3	6	25	4	6	79	5	7	9	11	17	15	11	30

(N.º) Quantidade de Pedidos resolvidos (número)
 (TME) Tempo Médio de Execução (dias úteis)
 (TMR) Tempo Médio de Resposta (dias úteis)

> Abastecimento de Água — Tratamento / ERSAR:

- > Gestão e manutenção dos Reservatórios de Água (controlo da qualidade da água) — **Planeamento Mensal**

Mensal

- > Plano de Controlo da Qualidade da Água / Relacionamento com a ERSAR / Relacionamento com a ULS
- > Indicadores de Qualidade do Serviço (AA) – reporte à ERSAR

	Taxa de Cumprimento dos Valores Paramétricos da Qualidade da Água					
	Distribuição dos Parâmetros			Resultados		
	CR1 (N.º)	CR2 (N.º)	CI (N.º)	TOTAL (N.º Parâmetros)	Incumprimentos (N.º)	Taxa de Cumprimento (%)
2.º trimestre 2016	51	171	397	619	5	99,19

> Saneamento — ETAR's:

- > Gestão e manutenção das ETAR's compactas do município (controlo operacional) — **Planeamento Mensal**
- > Indicadores de Qualidade do Serviço (AR) – reporte à ERSAR
- > Relacionamento com a APA-ARHN / resultados das análises das águas residuais
- > Apoio à DO: Vistoria e **Auto de Receção Definitiva das ETAR's de 2.ª fase (EFACEC) — em 22/11/2016**

	Verificações de Manutenção			
	Reservatórios (13)		ETAR's (32)	
	TOTAL (N.º)	1.ª Fase (N.º)	2.ª Fase (N.º)	TOTAL (N.º)
2.º quadrimestre 2016	149	80	146	226

> Rede de Rega da Estevainha:

- > Apoio à Associação de Regantes de Alfândega da Fé (serviço de canalizadores: 1 equipa em permanência)

Divisão de Desenvolvimento, Económico, Social e Cultural (DESC):

Câmara Municipal de Alfândega da Fé – É DISTIGUIDA NA 3ª EDIÇÃO DO PRÉMIO “VIVER EM IGUALDADE”

O Prémio **Viver em Igualdade** é uma iniciativa bienal, promovida pela **Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género** (CIG), no âmbito do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não - Discriminação 2014-2017 (V PNI).

O Prémio visa a distinção de autarquias locais com boas práticas na integração da dimensão da Igualdade de Género, Cidadania e Não - Discriminação, quer na sua organização ou funcionamento, quer nas políticas locais que implementam.

Das 28 candidaturas apresentadas, o Município de Alfândega da Fé foi distinguido com a atribuição do prémio “Viver em Igualdade”.





Esta distinção resulta, ainda, na passagem por Alfândega da Fé, no próximo dia 17 de dezembro, da carinha da ANIMAR, no âmbito do “Roteiro Nacional Cidadania Em Portugal”, com o objetivo de fomentar Redes e Parcerias para o desenvolvimento de estratégias de territorialização de políticas públicas na área da cidadania e igualdade. São 10 temas centrais que o roteiro sugere serem trabalhados no território: Educação para a Cidadania, Combate às Desigualdades, Igualdade de Género, Trabalho Digno e Crescimento Económico, Interculturalidade, Luta contra a Pobreza e Exclusão Social, Saúde e Qualidade de Vida, Instituições Eficazes e Inclusivas/Participação e democracia local, Territórios Sustentáveis e Ambiente e bem-estar.

Marcha Solidária contra a Violência Doméstica

Assumindo ser um Município ativo na promoção da igualdade de género no dia 30 de novembro organizou em colaboração com o Agrupamento de Escolas uma Marcha Solidária contra a Violência Doméstica, cujo mote foi “Contra a Violência Doméstica: Dê a Cara – Traga um cartaz de protesto.

Foi assinado em novembro um **Protocolo de Cooperação entre a ACM, IP., GESTOR DO PROGRAMA ESCOLHAS, LETRAS NÓMADAS - ASSOCIAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS e o MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ.**

O ESCOLHAS é um programa de âmbito nacional que dinamiza a ação de uma rede nacional de instituições responsáveis pela operacionalização de projetos locais, tendo em vista a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de migrantes e grupos étnicos, a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social

A LETRAS NÓMADAS, visa promover a escolaridade e a empregabilidade nas comunidades ciganas, a cultura cigana, a igualdade de oportunidades a jovens ciganos estudantes no acesso ao ensino superior, incentivar a formação nas áreas da mediação, história e cultura cigana e a realização de tertúlias e ações de sensibilização

A LETRAS NÓMADAS apresentou ao ESCOLHAS, um pedido de apoio financeiro para a implementação do Projeto “Pontes para + Cidadania”, que se traduz num projeto de intervenção/formação destinado a jovens e famílias da comunidade cigana de Alfândega da Fé

A formalização do Protocolo de Cooperação tem como objetivo operacionalizar em Alfândega da Fé o projeto “Pontes para + Cidadania”, proporcionando assim a oportunidade da nossa comunidade cigana receber formação.

Protocolo de Cooperação celebrado com a Fundação Portugal Telecom

A Câmara Municipal formalizou, em novembro, um protocolo de Cooperação com a Fundação Portugal Telecom (FPT) para a implementação de um projeto-piloto de Teleassistência, que consiste em dar apoio telefónico às pessoas que estão em situação de isolamento ou precariedade social no concelho.

Este projeto tem como principais objetivos, combater o isolamento das pessoas mais velhas e responder de um modo mais eficaz a possíveis pedidos de ajuda, nomeadamente de pessoas que vivam sozinhas e não têm com quem pedir auxílio no caso de necessidade (quedas, problemas súbitos de Saúde, situações de perigo eminente).

Nesta fase de projeto piloto e, ao abrigo do protocolo celebrado com a Fundação PT, vão ser abrangidos 10 idosos/as cujos critérios de seleção foram os seguintes: menores rendimentos, maior grau de dependência e maior isolamento social.

Médicos em Alfândega da Fé num trabalho de solidariedade

No fim-de-semana de 19 e 20 de novembro uma equipe de médicos de várias especialidades (dermatologia, Otorino, Urologia, Ortopedia, Ginecologia) apoiados pela Câmara Municipal, consultaram gratuitamente centenas de alfundeguenses.

Câmara Municipal de Alfândega da Fé assina com a UNICEF Protocolo de Adesão ao programa Cidades Amigas das Crianças



UNICEF é a sigla para **Fundo das Nações Unidas para a Infância**, sendo uma agência das Nações Unidas. A UNICEF tem o objetivo de **promover a defesa dos direitos das crianças**, suprir suas necessidades básicas e contribuir para o seu desenvolvimento, e está presente em 191 países e territórios de todo o mundo.

A UNICEF é regida pelos Direitos da Criança e trabalha para que esses direitos se convertam em princípios éticos permanentes e em códigos de conduta internacionais para as crianças.

Sobre a nossa proposta, a UNICEF emitiu um parecer positivo quanto à adesão ao Programa Cidades Amigas das Crianças do Município de Alfândega da Fé, tendo sido assinado um protocolo de colaboração em novembro.

Biblioteca Municipal (BM):

Setor de Biblioteca



No setor de Biblioteca realçam-se as atividades de dinamização da leitura e do livro.

A divulgação de autores da região transmontana, bem como temáticas relacionadas com Alfândega da Fé, tem sido uma política desenvolvida pela Autarquia, apoiando autores e escritores locais. Neste âmbito, foram realizadas as seguintes iniciativas de divulgação de livros e incentivo à leitura:

- Lançamento e apresentação do livro “Histórias de Gente Simples” de Virgínia Azevedo. Esta obra retrata as vivências de um mundo rural “perdido” na meninice e juventude da sua autora.



- Apresentação dos livros “*Terras de Cieiro*” e “*Quando o mel escorre nas searas*” de Regina Gouveia. *Terras de Cieiro* (contos) - As estórias que compõem este livro foram escritas, pela autora, ao longo do tempo. Algumas, são inspiradas em histórias e estórias que então ouvia contar, outras são inspiradas em situações que viveu ou acompanhou de perto. *Quando o mel escorre nas searas* (poesia).

Setor de Audiovisuais

Atividades Realizadas no âmbito da dinamização da Biblioteca Municipal:

- “**Informática Júnior**” - crescer com a Internet” – Atividade destinada a alunos do pré - escolar

Atividade que visa introduzir conceitos ligados às novas tecnologias aos mais novos. Oferece às crianças, entre os 3 e os 6 anos de idade, jogos e diversão, ajudando-as também a enriquecer as suas competências básicas ao nível da motricidade (ex. manuseamento do rato), da iniciação à escrita (ex. utilização e exploração do teclado).

Setor de Educação Infantil

- **Atividades diárias:** componente de apoio à família e serviço de almoço das turmas do Jardim de Infância de AF.

- “**A aventura dos livros na Biblioteca Municipal**”.

- Atividade que se destina à divulgação do livro e incentivo à leitura aos alunos do 1º Ciclo do ensino básico através da exploração de obras que fazem parte do Plano Nacional de Leitura. Exploração da obra “ O beijo da palavrinha” de Mia Couto para os alunos do 4ºano da EB1 de AF.

- “**Hora do conto – Dinamização do livro e da leitura - Quinzenal**”.



Esta atividade destina-se às crianças do pré-escolar para incentivo precoce ao interesse pelo livro, através de atividades lúdicas e divertidas.

- Hora do conto com a exploração da obra " Leonor no jardim da Gulbenkian".
- Comemoração do dia internacional da 3ª idade – Valorizar os saberes e as vivências dos avós.
- Comemoração do S. Martinho com a exploração da obra " A castanha Lili" e animação de fantoches.
- Comemoração do dia mundial da ciência com a exploração da obra "Ciência para meninos em poemas pequeninos" de Regina Gouveia.
- Workshop de Natal.

Gabinete de Informática:

- No âmbito do SOS informática, o Gabinete de informática, respondeu as todas as solicitações dentro do prazo e com qualidade e eficiência;

-Com o aproximar do fecho do ano, e início de novo ciclo foram efetuados os procedimentos de criação de bases de dados para 2017, estes procedimentos vão efetuar todos os passos necessários para a criação da base de dados do SIGMAGEST17, nomeadamente a criação da base de dados no SGBD, criação do *DataSource*, criação de novo diretório SIGMAGEST17, *saga.ini* e carregamento dos dados na aplicação.

-Como o município trabalha com todas as aplicações integradas, este é o primeiro procedimento a executar relativamente à criação das bases de dados para 2017, foram ainda executados só procedimentos de criação do CTA2017 e ARM2017.

QUALIDADE SEGURANÇA E AMBIENTE

Atualmente, o Município encontra-se certificado pela NP EN ISO 9001: 2015, pela OHSAS 18001:2007 e pela NP EN ISO 14001: 2012.

Sendo que o âmbito da Certificação da Qualidade da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, pela **NP EN ISO 9001: 2015**, é a prestação de serviços de:

- "Apoio ao Empreendedorismo"
- "Licenças Administrativas"
- "Urbanismo (controlo prévio/fiscalização)"
- "Obras Municipais"
- "Águas e Saneamento"
- "Ambiente"
- "Proteção Civil" - "Florestas"
- "Ação Social, Educação e Desporto"
- "Cultura e Turismo"
- "Biblioteca Municipal"
- "Medicina Veterinária Municipal"

Todos os Processos do SGQSA estão certificados, pela NP EN ISO 9001:2015.

O âmbito da Certificação da Segurança Câmara Municipal de Alfândega da Fé, pela **OHSAS 18001:2007**, no Edifício Paços do Concelho, é a prestação de serviços de:

- "Licenças Administrativas"
- "Urbanismo (Controlo Prévio/Fiscalização)"
- "Proteção Civil e Florestas", nos Paços do Concelho.

O âmbito da Certificação de Ambiente Câmara Municipal de Alfândega da Fé, pela **NP EN ISO 14001:2012** é a componente administrativa dos serviços de:



- “Apoio ao Empreendedorismo”
- “Licenças Administrativas”
- “Urbanismo”
- “Obras Municipais”
- “Águas e Saneamento”
- “Ambiente”
- “Proteção Civil e Florestas”
- “Ação Social, Educação e Desporto”
- “Cultura e Turismo”
- “Biblioteca Municipal”

Durante o mês de setembro decorreu o reporte dos 88 indicadores de monitorização dos processos do SGQSA, relativamente ao 2.º quadrimestre de 2016, tendo um GRAU de Cumprimentos das Metas (Indicadores com resultados atualizados) de 77,24%.

De acordo com o Programa de Auditorias, nos dias 13 e 14 de dezembro irá decorrer a auditoria interna ao SGQSA.



ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:

Passamos agora, a descrever a situação financeira da autarquia em diversos aspectos importantes e fundamentais para uma boa gestão dos recursos financeiros do município:

Situação a 30 de novembro de 2016

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Receita

RECEITAS	Previsão Anual	Liquidada	Recebida	Tx real
Correntes	6.901.142,33	6.571.085,68	6.265.326,96	90,79
Capital	19.587.860,91	19.419.614,25	19.421.875,57	99,15
Outras	190,00	445,39	695,39	365,99
TOTAL	26.489.193,24	25.991.145,32	25.687.897,92	96,98

Podemos verificar que o orçamento da receita apresenta um grau de execução 96,98 %. Neste momento cumpre-se com os 85% de execução exigida pela lei nas finanças locais.

Despesa

DESPESA	Previsão Anual	Comprometida	Paga	Tx real
Correntes	6.248.374,27	6.217.699,16	5.664.126,58	90,65
Capital	20.240.818,91	20.234.886,98	20.074.845,96	99,18
Total	26.489.193,18	26.452.586,14	25.738.972,54	97,17

O orçamento da despesa apresenta um grau de execução de 97,17% apresentando-se assim uma execução anual superior ao exigido pela lei das finanças locais de 85%.

Regras orçamentais - Equilíbrio orçamental (art nº 40 da Lei nº 73/2012, de 3/9)

Nos termos do artigo 40.º da Lei nº 73/2013, de 3/9, para o "Equilíbrio orçamental":

- 1 – Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.
- 3-O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.
- 4-Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações medias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos de contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

Orçamento Inicial:

Receita Corrente Prevista	Despesa Corrente Prevista	Amortização Media	Valor apurado para verificação do equilíbrio orçamental	Equilíbrio Orçamental	Variação
1	2	3	(4)=(2)+(3)	(5)=(2)+(3)	(6)=(5)-(1)
6.901.142,33 €	5.912.406,11 €	983.830,86 €	6.896.236,97 €	6.896.236,97 €	4.905,36 €



Como se pode verificar pelo quadro supra apresentado, na elaboração dos documentos previsionais para 2016, verifica-se o cumprimento do equilíbrio orçamental, imposto no artigo 40.º da Lei nº 73/2013, de 3/9, com o superavit de 4.905,36 €

Despesas com pessoal a 30 de novembro de 2016

Controlo efetuado pela DGAL:

ALFÂNDEGA DA FÉ			
Despesas com pessoal	Final período+ ano anterior (1)	Final período ano corrente (2)	Comparação (3)=(2)-(1)
Despesas com pessoal (total do agrupamento 01)	2.489.680,66	2.681.294,18	+191.613,52

Verifica-se um **aumento** de 191.613,52 €, em comparação com o período homólogo do ano anterior.

Justificação de parte do aumento:

- Nos termos da Portaria nº 209/2014, de 13/6, que veio regular o Programa de Rescisões por Mútuo Acordo no âmbito da Administração Local, no contexto da redução de efectivos e de redimensionamento e qualificação dos recursos humanos da administração pública e de redução de despesas públicas, foi deliberado pela Câmara Municipal uma rescisão de mútuo acordo, do Coordenador Técnico dos Recursos Humanos, este trabalhador cessou funções a 1 de janeiro de 2016. Esta rescisão deu origem a uma indemnização no montante de €51.009,29;

- No que se refere às Horas Extraordinárias o aumento, advém da criação de um Piquete (Equipa à Chamada) aos fins-de-semana, para dar resposta as várias fugas de água que ocorrem.

Embora, se possa verificar o aumento das horas extraordinárias, com esta iniciativa consegue-se também, uma redução significativa nos desperdícios de água, bem como, garante-se, a prestação de um serviço de melhor qualidade de atendimento aos munícipes e o município considera-o um serviço básico e importante a prestar continuamente.

-Relativamente a rubrica “Segurança Social”, esta também apresenta aumento em comparação com o previsto para o 3.º trimestre, originada pelo aumento das taxas contributivas para a Segurança Social e CGA aplicadas à entidade empregadora, bem como, os encargos em matéria de prestação de saúde pelo serviço nacional de saúde, ao abrigo do disposto no n.º 8, do artigo 110.º da lei nº 7-A/2016, de 30 de março (Leio do OE 2016)

- Ao longo do ano de 2016 verifica-se ainda a reversão da redução remuneratória e o aumento do salário mínimo nacional, que vem contribuir para a o aumento apurado.

Pessoal ao Serviço – evolução

	31-12- 2009	31-12- 2010	31-12- 2011	31-11- 2012	31-12- 2013	31-12- 2014	31-12- 2015	30-09- 2016	31-10- 2016	30-11- 2016
Pessoal ao Serviço	164	160	158	150	155	133	150	148	148	148

Verifica-se uma diminuição progressiva e sustentada do número de colaboradores do município desde 2009.

O aumento que se verifica face a 31 de dezembro de 2014, tem origem na regularização/contratação de alguns colaboradores integrados nos concursos realizados e devidamente aprovados pelos membros do Governo, bem como a integração dos



funcionários da Empresa Municipal EDEAF, pelo que o ano de 2014 não pode servir de termos de comparação, sendo um ano atípico por terem terminado contratos a prazo cujos lugares foram entretanto preenchidos por concurso e pela internalização de trabalhadores da edeaf em 2015.

Prazo médio de pagamento (PMP):

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de Abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C.

Os dados utilizados foram retirados da aplicação informática SIIL

Data	30-09-2010	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2015	31-03-2016	30-06-2016	30-09-2016
Prazo médio de pagamento - evolução	340 dias	86 dias	65 dias	100 dias	57 dias	11 dias	21 dias	16 dias	20 dias	4 dias

O prazo médio de pagamento em 30 de Setembro de 2016 é de 4 dias.

ENDIVIDAMENTO DO MUNICIPIO

Avaliação efectuada a 30-11-2016

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) o limite da dívida total para cada município, é apurado do seguinte modo:

1 - "A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, **1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores**".

1. LIMITES DA DÍVIDA TOTAL 2016 -

Valores expresso em (€)				
	Receitas cobradas	Reembolsos e	Receita cobrada	
Receitas Relevantes para efeitos de cálculo do Limite de Endividamento	brutas	restituições pagos	líquida	Observações
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)	
Receitas Correntes do Ano 2013	6 637 795,52 €		6 637 795,52	
Receitas Correntes do Ano 2014	6 731 987,65 €		6 731 987,65	
Receitas Correntes do Ano 2015	7 090 117,48 €		7 090 117,48	
TOTAL DA RECEITA RELEVANTE	20 459 900,65	0,00	20 459 900,65	
Média Aritmética da Receita Relevante			6 819 966,88	(A)
CÁLCULO DOS LIMITES DA DÍVIDA TOTAL			10 229 950,33	(B) = 1,5 x (A)

De notar que o limite apresentado é o global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que para os Municípios cujo valor da dívida total a 31 de dezembro de 2013 seja inferior ao valor aqui apurado a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:



Divida Total da Autarquia e evolução:

Municípios	Limite da dívida total	Dívida total	Valor em Excesso	
	(RFAL)	Excluindo dívidas não Orçamentais e FAM		
	1	2	(3)=(2)-(1)	
01/01/2016	10 229 950,33 €	19 557 316,00 €	9 327 365,68 €	
31/01/2016	10 229 950,33 €	19 467 203,82 €	9 237 253,50 €	
30/06/2016	10 229 950,33 €	19 445 057,70 €	9 215 107,38 €	
31/08/2016	10 229 950,33 €	19 297 503,90 €	9 067 553,58 €	
30/09/2016	10 229 950,33 €	19 198 412,31 €	8 968 461,99 €	
31/10/2016	10 229 950,33 €	19 015 211,94 €	8 785 261,62 €	
30/11/2016 (Previsão)	10 229 950,33 €	18 775 689,28 €	8 545 738,96 €	
		Redução obrigatório 10%	932 736,57	10,00
		Redução verificada	-781 626,72	8,38

A 30 de novembro de 2016, verifica-se a redução no montante de 781.626,72 €

Como se pode verificar pelos valores apresentados a 30 de novembro de 2016, verifica-se redução da dívida total do município, sendo que, o PAM tem como objectivo principal, a redução do endividamento do Município, até ao limite previsto no nº 1 do artigo 52º da Lei nº 73/2014, de 3 de Setembro.

Nos termos do n.º 8 do art.º 98.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31/12 – OE2015, O montante referente à contribuição de cada município para o FAM não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do art. 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.



O STOCK da dívida calculado em função do estabelecido no PAM:

Avaliação a 30 de novembro de 2016

	2014		2016	2016	
	Registada a 31/12 a)	Renegociada (*)	Prevista a 31/12	Execução 30-11-2016	
1	DÍVIDA TOTAL (1=2+11)	22 407 647,04	22 407 647,04	20 093 596,79	19 227 984,27
2	Dívida do Município (2=3+4+...+10)	20 660 204,79	20 660 204,79	20 093 596,79	19 227 984,27
3	Dívida a fornecedores				
4	Dívida a fornecedores curto prazo	516 119,09	516 119,09	418 056,46	84 416,59
5	Dívida a fornecedores ML prazo	0,00	0,00	0,00	0
6	Dívida Bancária				
7	Curto prazo	0,00			
8	Médio e longo prazo	19 926 737,84	19 926 737,84	19 492 203,86	18 665 077,54
9	Dívidas ao Estado	42 825,95	42 825,95	41 973,71	40 914,08
10	Dívida a outras entidades	174 521,91	174 521,91	141 362,75	437576,06
11	Dívida de Entidades Participadas (11=12+13+...+19)	1 747 442,25	1 747 442,25	0,00	0,00
12	Dívida a fornecedores				
13	Dívida a fornecedores curto prazo	128 861,29	128 861,29		
14	Dívida a fornecedores ML prazo	0,00	0,00		
15	Dívida Bancária				
16	Curto prazo	88 000,00	88 000,00		
17	Médio e longo prazo	803 651,56	803 651,56		
18	Dívidas ao Estado	13 326,23	13 326,23		
19	Dívida a outras entidades	713 603,17	713 603,17		
	Dívida não orçamental e FAM	115 550,13	115 550,13	113 250,68	452 294,99
	Serviço da dívida (juros + amortizações)	2 442 025,52	1 789 950,37	866 909,71	1 070 334,45
	Rácio da Dívida Total d)	22 292 096,91	22 292 096,91	19 980 346,10	18 775 689,28
	Límite Endividamento Líquido da LFL b)	8 244 158,55	8 244 158,55	10 097 548,73	10 229 950,33
	Excesso em 1 de janeiro de 2016				9 327 365,68
	EXCESSO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO c)	12 300 496,11	12 300 496,11	9 882 797,38	8 545 738,96
	Redução obrigatória de 10% do montante em excesso, face ao exercício anterior			1 141 222,32	988 279,74
	Redução do Endividamento em Excesso Prevista			-1 529 425,80	-781 626,73
	Passivos contingentes do Município	0	0	0	
	Passivos contingentes das Entidades Participadas	0	0	0	
	Serviço da dívida/Receita efetiva e)	0,272	0,200	0,112	0,470
	Prazo médio de pagamento (n.º dias)	11	11	11	4

Verifica-se pelo quadro anterior que o Stock da dívida em 30 de novembro de 2016, se encontra muito abaixo do previsto no PAM (menos € 865.612,66).

Importa referir que o previsto no PAM para o valor de endividamento líquido em excesso a verificar-se em 31 de dezembro de 2016 é de €9.882.979,38, e o monte apurado do endividamento líquido em excesso a 30 de novembro de 2016 corresponde a €8.545.738,96. O que demonstra que a nível de excesso de endividamento líquido o município apresenta nesta data um resultado positivo face as previsões do PAM de 865.612,66 euros.

Referir que o PAM apenas teve início no 2º trimestre de 2016, após a obtenção do visto tácito do Tribunal de Contas que ocorreu 21 de março de 2016 o que representou um aumento de encargos com juros de cerca de €72.536 no ano de 2016



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e FINANCEIRA (DAF)

Designação	Dezembro 2012	Dezembro de 2013	Dezembro 2014	Dezembro 2015	Janeiro de 2016	30 de junho de 2016	30 de novembro de 2016
Empréstimos CMAF	16.305.192,54	19.165.732,57	19.926.737,84	19.204.011,06	19.113.753,57	18.860.182,80	18.665.0077,54
Loações Financeiras	00	00	00	0	0		
Total	16.305.192,54	19.166.732,57	19.926.737,84	19.204.011,06	19.113.753,57	18.860.182,80	18.665.077,54

Como se pode verificar no quadro anterior o MLP apresenta uma redução de 538.933,52 € face a dezembro de 2015.

Evolução das dívidas de Curto Prazo:

Designação	Dezembro 2012	Dezembro de 2013	Dezembro 2014	Dezembro 2015	Janeiro 2016	30 de junho de 2016	30 de Setembro de 2016	30 novembro de 2016
Fornecedores, c/c	2.227.818,96	482.064,20	513.646,11	304.694,07	257.787,78	439.938,97	307.856,09	84.416,59
Empréstimo de curto prazo	00,00	00,00	0	0	0	0	0	0
Outros credores	815.004,28	770.110,25	213.138,91	478.650,86	526.452,22	933.654,49	607.651,75	478.490,14
Total	3.042.823,24	1.252.174,45	726.785,02	783.344,93	784.240,00	1.373.593,46	915.507,84	562.906,73

Como se pode verificar pelo quadro anterior o curto prazo diminuiu face a 31/12/2015 (-220.438,20).

De referir que está incluído neste valor o montante de € 452.294,99 referente ao FAM e operações não orçamentais, que não reflectem para a dívida total.

Pagamentos em atraso e fundos disponíveis - Pagamentos em atraso a 30 de novembro de 2016

	Contas a pagar	Pagamentos em atraso				
		Mais de 90 dias e menor ou igual a 120 dias	Mais de 120 dias e menor ou igual a 240 dias	Mais de 240 dias e menor ou igual a 360 dias	Mais de 360 dias	Total
30-11-2016	82 864,16 €					
30-10-2016	192 514,54 €					
30-09-2016	306 019,79 €					
31-08-2016	358 109,23 €					
31-07-2016	379 782,84 €					
30-06-2016	361 954,95 €					
31-05-2016	363 700,95 €					
31-03-2016	295 927,78 €					
31-01-2016	221 243,46 €					



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e FINANCEIRA (DAF)

31-12-2015	252 106,11 €					
30-09-2015	254 497,50 €					
2014	3 378 813,17 €	1 373,52 €	49 928,04 €	2 010,87 €	14 740,37 €	68 052,80 €
2013	748 397,46 €	26 645,11 €	74 579,38 €	68 836,79 €	252 956,66 €	423 017,94 €
2012	2 666 008,10 €	37 830,39 €	512 951,97 €	312 841,48 €	702 507,40 €	1 566 131,24 €
Varição 2012-2016	- 2 583 143,94 €	- 37 830,39 €	- 512 951,97 €	- 312 841,48 €	- 702 507,40 €	-1 566 131,24 €

A 30 de novembro de 2016, o município não tem pagamentos em atraso com mais de 90 dias, como se pode verificar no quadro anterior, tal como acontece desde setembro de 2015.

Despesas com o FSM: - 3º trimestre de 2016

Municípios	Verbas atribuídas FSM/OE 2016 (€) (1)	Total das despesas Elegíveis FSM em 2016 (€) (2)	Percentagem Justificada até 30 de Setembro de 2016 (%) (3)=(2)/(1)*100
ALFÂNDEGA DA FÉ	107 515,00 €	240 319,45 €	223,52%
Total.	107 515,00 €	240 319,45 €	223,52%

Como se pode verificar pelo quadro supra apresentado, no 3º trimestre o município já efectuou pagamentos de despesas com educação (alimentação, transportes, auxiliares, professores de actividades extra curriculares...) num valor equivalente a 223,52% das verbas anuais que o Estado transfere para o município.

Município de Alfândega da Fé, 09 de dezembro de 2016

A Presidente da Câmara Municipal

Berta Ferreira Milheiro Nunes